

# **Declaração do Secretariado Pan-americano da 4ª Internacional (SPA)**



**constituído por representantes de Secções da  
4ª Internacional do continente americano**

## **Em defesa das medidas de expropriação parcial na Argentina e na Bolívia! Pela soberania das nações da América Latina e das Caraíbas!**

A expropriação de parte das ações da empresa petrolífera Repsol-YPF na Argentina, dia 16 de abril, seguida da expropriação da Transmissão de Eletricidade (TDE), na Bolívia, dias 1 e 2 de maio, são, inequivocamente, medidas parciais de defesa da soberania nacional.

Trata-se do direito indiscutível dos povos a exercerem a sua soberania sobre os recursos naturais e a infraestrutura industrial existentes nos seus países, direito que a 4ª Internacional apoia incondicionalmente.

Todas as organizações democráticas, populares e operárias da América Latina e das Caraíbas são apeladas a pronunciar-se, assim como a exigir dos seus governos – sobretudo daqueles que se apresentam como defensores das massas oprimidas – que recusem qualquer sanção contra as decisões soberanas da Argentina e da Bolívia.

### **Os povos resistem à barbárie capitalista...**

Utilizando historicamente a dívida externa, apoiando-se em regimes ditatoriais, impondo a onda de privatizações, de desregulamentação e os denominados “tratados de livre comércio”, o capital financeiro imperialista devastou a América Latina e as Caraíbas, mergulhando-as no desemprego e na miséria, concentrando cada vez mais a propriedade fundiária, impelindo ao desmantelamento das nações.

Atualmente, as multinacionais acentuam a pilhagem, beneficiando desses antigos mecanismos que se mantêm. Entre 2008 e 2011, o volume de remessas de lucros oriundos da América Latina e das Caraíbas foi quatro vezes maior do que no início da década, segundo recente relatório da Cepal-ONU. Ao mesmo tempo, avança a “desindustrialização” da região – que volta a tornar-se exportadora de matérias-primas – como consequência da manipulação das taxas de câmbio.

A pilhagem é a única política que o imperialismo dos EUA – guardião mundial de um sistema capitalista em agonia – tem a oferecer. Para aplicá-la, ele precisa de subordinar todos os governos, de todas as cores políticas, quaisquer que tenham sido as etiquetas por meio das quais foram eleitos. Ele precisa integrar nos seus planos as organizações sindicais construídas pelos trabalhadores.

Mas a subordinação dos governos ao imperialismo – como também a disposição de direções sindicais em acompanhá-los, por meio do “consenso” e do “diálogo social” –, choca-se com a resistência exercida pelos trabalhadores, pela juventude e pelas amplas massas populares, que não podem aceitar ser massacrados.

Esta resistência é alimentada e alimenta a crise interna do imperialismo dos EUA que encontra crescentes dificuldades para continuar disciplinando, como antes, os governos da América Latina e das Caraíbas. É o que revela o fracasso de Obama na Cimeira das Américas, realizada a 14 e 15 de abril na Colômbia – da qual a presidente da Argentina se retirou antecipadamente para, horas depois, anunciar a expropriação.

### **...e coloca barreiras à penetração imperialista!**

A 4ª Internacional apoia inteiramente a luta do povo argentino que, há cinco meses, enfrentou um duro ajustamento fiscal – anunciado pela presidente Cristina Kirchner logo após sua reeleição em primeiro turno. O Metro de Buenos Aires, por exemplo, aumentaria a sua tarifa para o dobro, medida bloqueada pela resistência popular, enquanto setores do movimento sindical iniciavam a construção de uma greve geral.

Em fevereiro, o acidente com mais de 50 mortos, em Buenos Aires – na estação Once, de uma linha privatizada – criou um clima geral de indignação e a expectativa de medidas de recuperação dos carruagens, que não vieram.

Em março, o Governo argentino ainda tentou fazer um discurso contra a greve dos 600 mil professores da Confederação dos Trabalhadores da Educação (CTERA), mas foi repudiado.

Foi nessas condições que o Governo decidiu expropriar parcialmente a multinacional espanhola Repsol-YPF, mas dispondo-se a pagar uma indemnização.

A “Yacimientos Petrolíferos Fiscales-YPF” foi uma empresa estatal desde a sua criação, em 1922, até à sua privatização pelo governo de Carlos Menem, em 1993, do mesmo Partido Justicialista de Cristina Kirchner e com o seu apoio “entusiasta”, nessa época.

Como a própria Presidente explicou, a expropriação parcial não é uma renacionalização, pois 49% das ações continuarão privadas, estando 25% nas mãos do grupo Petersen, da família Eskenazi, ligada ao Governo.

O porta-voz do Departamento de Estado dos EUA qualificou esta medida como um “acontecimento negativo”, acrescentando que Washington espera que a Argentina “normalize as suas relações com a comunidade financeira internacional”. Para a secretária de Estado, Hillary Clinton, a Argentina “tem que justificar a sua decisão”.

Pelo seu lado, sindicalistas e dirigentes políticos argentinos, apoiando-se na medida parcial do governo, apelaram à constituição de uma grande frente nacional por uma “YPF 100% pública”.

Do mesmo modo, na Bolívia, é num quadro de amplas greves, convocadas pela Central Obrera Boliviana (COB) – por melhores salários e condições de trabalho – que Evo Morales decide a recuperação de 100% das ações da TDE, que havia sido privatizada em 1997, por Hugo Banzer.

Mas o Governo boliviano dispõe-se a pagar uma indemnização à proprietária das ações, a multinacional espanhola Red Eléctrica. E ele mantém uma relação de “sócio estratégico” com a mesma Repsol, parcialmente expropriada na Argentina.

Dias depois da expropriação, em 7 de maio – sob pressão da greve, que continuava – o governo satisfaz a principal reivindicação dos médicos, revogando uma medida que piorava as suas condições de trabalho. O movimento por aumentos salariais continuou e a COB apelou a uma greve de 72 horas do setor mineiro.

Qualquer que seja a situação, a 4ª. Internacional combate pela independência de classe. A decisão do Congresso da COB, em fevereiro, de constituir um Partido dos Trabalhadores é, desse ponto de vista, um ponto de apoio para os trabalhadores de todo o continente.

#### **A 4ª Internacional defende incondicionalmente a soberania dos povos e das nações**

A 4ª Internacional apoia incondicionalmente essas medidas de expropriação, independentemente do carácter e das intenções dos governos que foram levados a adoptá-las, nas circunstâncias da luta de classes local, no quadro da crise mundial de dominação do imperialismo.

Para os trabalhadores dos EUA e da Europa, a defesa da soberania nacional dos países oprimidos, contra o imperialismo e contra os governos que se alinham com eles, é um ponto de apoio para a sua própria luta, contra os planos de “austeridade” impostos pelo FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

No momento em que o Governo espanhol, a União Europeia e o FMI – ameaçando recorrer à OMC e a sanções comerciais, com o apoio de Hillary Clinton, do Departamento

de Estado dos EUA – opõem-se, violentamente, às medidas adotadas pelo Governo argentino, a 4ª Internacional assume a Declaração da sua seção espanhola quando, em oposição a dirigentes das organizações sindicais CCOO e UGT, ela diz: “*Nós reafirmamos o direito dos povos de todo o mundo, qualquer que seja o seu Governo, a dispor dos seus recursos naturais, e negamos às multinacionais o direito de se apropriarem desses recursos. É por isso que apoiamos a nacionalização das ações que a Repsol detinha na YPF e defendemos que a Repsol volte a ser propriedade do estado Espanhol, sem indemnizar aqueles que, nos últimos anos, lucraram à custa do sangue e do suor dos trabalhadores*”.

Os próprios governos, argentino e boliviano, denunciam, em ambos os casos, a pilhagem das multinacionais que abarbataram lucros operacionais e não reinvestiram, provocando a regressão da produção na Argentina e a ameaça de penúria de abastecimento na Bolívia.

De imediato, está colocada a necessidade de ruptura dos laços de dominação que subordinam os países da América Latina e das Caraíbas ao imperialismo, sobretudo dos EUA.

A luta pela soberania nacional parte da exigência de revogação de todas as medidas anti-operárias e antipopulares impostas pelo FMI, o Banco Mundial e a OMC.

É uma luta que integra o combate pelo restabelecimento da soberania do Haiti, pela retirada das tropas da Minustah (Força da ONU instalada no Haiti), comandadas pelo Brasil e na qual participam contingentes argentinos e bolivianos. Neste momento, a 4ª Internacional reforça o seu empenho na realização da Jornada Continental de 1 de junho, pela retirada das tropas da Minustah do Haiti.

#### **A 4ª Internacional pronuncia-se:**

- Pela mais ampla unidade em defesa das medidas de expropriação adotadas pelos governos da Argentina e da Bolívia!
- Pela estatização, a 100% e sem indenização, de todo o património nacional privatizado!
- Pelo direito soberano dos povos a disporem dos seus recursos naturais, contra a pilhagem das multinacionais!
- Pela reforma agrária!
- Pela revogação dos Tratados de Livre Comércio!
- Pelo fim do bloqueio a Cuba!
- Fora o imperialismo da América Latina e das Caraíbas!  
Fora a Minustah do Haiti!
- Pela União Livre das Nações Soberanas da América Latina e das Caraíbas, em aliança com os trabalhadores e oprimidos dos EUA e do Canadá!

*Secretariado Pan-Americano da 4ª Internacional  
(SPA) – 10.05.2012*